

DRUMMOND E A POESIA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES ACERCA DA ERA VARGAS (1930 - 1945)

DRUMMOND AND SOCIAL POETRY: RELEVANT CONSIDERATIONS ABOUT THE VARGAS ERA (1930 - 1945)



ALANE JÚLIA DANTAS SANTOS

Graduação em Letras pela Universidade do Grande ABC (2006), Pós-Graduação em Especialização em Língua Portuguesa para Professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio pela Universidade Estadual de Campinas (2013), Graduada em Pedagogia pela Uninove (2016), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade São Luís (2021).

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de abordar os aspectos que envolvem o contexto histórico e político que servem de pano de fundo para a produção literária de Carlos Drummond de Andrade. O poeta esteve ligado várias vezes à cena política, atitude que gerou críticas e polêmicas. Além do governo de Getúlio, a Segunda Guerra Mundial também trouxe impactos para a poesia drummondiana e que podem ser observados nos poemas constantes do livro *A Rosa do Povo*. O trabalho aqui apresentado tem como base leituras e reflexões sobre a bibliografia levantada sobre o tema.

Palavras-chave: Educação; Modernismo; História.

ABSTRACT

The purpose of this article is to address the aspects surrounding the historical and political context that serve as a backdrop for Carlos Drummond de Andrade's literary production. The poet was often linked to the political scene, an attitude that generated criticism and controversy. As well as Getúlio's government, the Second World War also had an impact on Drummond's poetry, which can be seen in the poems in the book *A Rosa do Povo*. The work presented here is based on readings and reflections on the bibliography surveyed on the subject.

Keywords: Education; Modernism; History.

INTRODUÇÃO

O poeta Carlos Drummond de Andrade integrava a segunda geração modernista no Brasil, que se caracterizava pelo foco na denúncia social, presente tanto na poesia quanto na prosa, e foi justamente com a poesia social que o poeta teve seu auge, pois com *A Rosa do Povo* alcançou a sua maturidade literária, que coincide com o processo histórico de tensões e lutas internas e externas.

O livro publicado em 1945 é o mais extenso já publicado pelo autor, pois possui 55 poemas, que são em sua estrutura, compostos por verso livre e estrofação irregular, mas que em algumas ocasiões se alterna com versos de métrica tradicional em estrofes regulares, tornando-se assim, um livro constituído por um estilo mesclado.

Ademais, é possível notar o quanto o contexto histórico da época marca a poesia drummondiana, pois o que se tem na obra de cunho social é uma retratação dos fatos e das consequências dos mesmos recolhidos pelas retinas do autor, fatos estes ocorridos durante o governo de Getúlio Vargas, que por ter durado 15 anos, ficou conhecido como *A Era Vargas*. O poeta esteve ligado várias vezes à cena política, atitude que gerou críticas e polêmicas. Além do governo de Getúlio, outro grande fato que marcou profundamente a poesia drummondiana foi a Segunda Guerra Mundial, que teve seu término no mesmo ano de publicação de *A Rosa do Povo*.

MOVIMENTOS DE PASSAGEM PARA A POESIA SOCIAL DRUMMONDIANA

Os anos de 1930 até 1945 foram marcados, política e socialmente, por grandes transformações, tais como: Revolução de Outubro (1930), Revolução Constitucionalista (1932), eleição da Assembleia Nacional Constituinte (1933), promulgação de nova Constituição, eleição de Getúlio Vargas (1934), sublevação comunista (1935), resultando em 1937 na dissolução do Congresso e na implantação do Estado Novo, que se estenderá até 1945, quando Getúlio Vargas será obrigado a abandonar o poder, além da Segunda Guerra Mundial que se inicia em 1939 e teve seu término em 1945.

No início da década de 30 a sociedade brasileira ainda estava tentando superar a crise econômica mundial causada pelo crash da Bolsa de Nova York. O preço do café – principal produto brasileiro exportado – caiu significativamente, com isso prejudicando a política do café-com-leite, que tinha o intuito de manter a frente do governo as oligarquias mineira e paulista, por meio de revezamento, e com isso conseguiram permanecer no poder até 1930.

A eleição presidencial de 1930 foi o ponto alto para a revolução que ocorreu em outubro, pois o presidente Washington Luís ignorou o pacto entre as oligarquias e, sendo do estado de São Paulo, lançou para sua sucessão o candidato Júlio Prestes, também paulista, ao invés de lançar um

candidato mineiro. O grupo de Minas Gerais reagiu unindo-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, criando a Aliança Liberal, que lançou como candidato à presidência o governador gaúcho Getúlio Vargas, que perdeu a eleição.

Após a perda da eleição o único caminho que restava para a Aliança Liberal era a revolução, e o pretexto utilizado para seu início foi o assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa. No dia 3 de outubro de 1930, em uma ação conjunta entre os gaúchos, mineiros e paraibanos, explodiu a revolução. Após 20 dias do início da luta armada, Washington Luís é deposto pelo alto-comando militar do Rio de Janeiro, e entrega o poder aos líderes revolucionários.

Getúlio Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório em 03 de novembro de 1930, um mês após o início da revolução. O governo era composto também pelos líderes revolucionários: Antônio Carlos, Olegário Maciel, Lima Cavalcanti, Francisco Campos, Osvaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco, Pedro Ernesto, João Neves, Lindolfo Collor e muitos outros.

O Governo Provisório vigorou entre 1930 e 1934. Durante este período Vargas promoveu diversas mudanças: decretou o dissolvimento do Congresso Nacional, destituiu todos os governadores (exceto o de Minas Gerais), criou o cargo de interventor federal nos estados, entre outras. Quanto à economia cafeeira, procurou reduzir a oferta no mercado internacional, evitando assim, que os preços caíssem ainda mais. O governo providenciou a compra e a queima de grandes quantidades de café excedente, destruindo cerca de 80 milhões de sacas do produto.

Referente ao Governo Provisório, Fausto (1997, p. 140) afirma que:

“O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. A política de marginalização pura e simples realizada pelas velhas classes dominantes não tinha mais condições de se sustentar.” (FAUSTO, 1997, p. 140)

Após o afastamento da oligarquia cafeeira paulista, representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), surge a revolta das elites inconformadas com o governo de Vargas. Isto se agrava ainda mais com a nomeação para o cargo de interventor federal em São Paulo, o tenentista João Alberto, que aliás era Pernambucano e não um civil paulista, como desejavam os oligarcas.

Os líderes do Partido Democrático (PD) ficaram decepcionados com a escolha de Vargas, pois esperavam que um deles fosse indicado, já que defendiam as mesmas ideias liberais a favor das medidas autoritárias do governo provisório.

No início de 1932 o PD rompe com Getúlio Vargas e firma uma aliança com o PRP, cujos principais ideias de luta eram uma Assembleia Constituinte e a restauração da autonomia de São Paulo. Para contornar a situação, Getúlio convoca para o cargo de interventor federal um civil paulista, Pedro de

Toledo, e decretou uma lei eleitoral que convocava eleições para uma Assembleia Constituinte, estabeleceu o voto secreto e concedeu à mulher o direito de votar e ser votada.

Entretanto, os conspiradores paulistas não voltaram atrás, e os rebeldes assumiram o controle do estado de São Paulo, mas não contaram com o apoio das elites de outras regiões, como inicialmente esperavam, e os paulistas ficaram sozinhos na revolução.

Na noite de 23 de maio ocorreram manifestações em São Paulo e a morte dos estudantes paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo durante um choque entre manifestantes e membros da revolução. As iniciais de seus nomes compuseram a sigla MMDC, estandarte do movimento constitucionalista. No dia 9 de julho eclode a revolução constitucionalista de São Paulo, que é derrotada pelo Governo provisório em outubro.

Conforme Capelato (1981, p. 83):

“Não se pode negar que em 32 houve conflito no seio da classe dominante. O setor paulista lutou contra a outra fração da classe que conquistava o poder em 30... as divergências eram de natureza política, envolviam interesses econômicos e discordâncias no âmbito da questão social.” (CAPELATO, 1981, p. 83)

Em 1933 reuniu-se a Assembleia Constituinte, que tinha sido eleita com voto direto, obrigatório, secreto, incluindo o voto feminino. Além dos deputados eleitos, a Constituinte era composta por 40 deputados que foram eleitos e que representavam os sindicatos dos patrões e dos empregados.

Em 16 de julho de 1934 é aprovada a nova Constituição, que tinha componentes conservadores e liberais, e consagrou uma série de direitos nas áreas trabalhista e eleitoral, que tinham sido objeto de decretos do Governo Provisório.

Com a nova Constituição foi confirmado o voto obrigatório, secreto e direto, incluindo o voto às mulheres, que já havia sido estabelecido no ano anterior. Instaurou-se a Justiça Eleitoral e a redução do limite de idade do eleitor de 21 para 18 anos. Instituiu a Justiça do Trabalho, a jornada de 08 horas, o salário-mínimo, as férias remuneradas, a pluralidade sindical, normas para o trabalho da mulher e as convenções políticas. Consagraram-se ainda as liberdades públicas, a nacionalização dos recursos do subsolo, a separação entre a Igreja e o Estado, o ensino primário obrigatório e o regime republicano federativo. Porém, negou aos analfabetos e aos soldados o direito de voto, estabeleceu o centralismo do governo federal, e manteve a indissolubilidade do casamento.

Ao mesmo tempo em que a nova Constituição era promulgada, Getúlio Vargas era eleito para presidência da República pela Constituinte, e com esta decisão, o Governo Provisório dava lugar a um governo legitimado pela Constituição.

A política no Brasil, assim como na Europa, caminhava para a radicalização, as linhas políticas geradas durante a revolução de 1930 enfraqueciam, dando espaço para movimentos da Esquerda.

Um desses movimentos, a Aliança Nacional Libertadora, era uma facção de esquerda do partido comunista, ou a ANL, que tinha como presidente Luís Carlos Prestes. A plataforma da ANL, anunciada em fevereiro de 1935, pedia o cancelamento das “dívidas imperialistas”, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação de latifúndios. Igualmente ativo estava o movimento fascista denominado Integralismo, que desde 1932 ganhava espaço.

O líder era Plínio Salgado, que usava a pompa do integralismo europeu em camisas verdes, desfiles de milícias e violência contra os radicais de esquerda, com o intuito de explorar o sentimento da classe média de que talvez os problemas econômicos e políticos só pudessem ser resolvidos com o recurso aos métodos extremistas da direita.

Em julho de 1935, Prestes lança um manifesto que proclamava “Todo o poder à ANL”. O governo interpretou este ato como uma revolta, e decretou a ANL ilegal. Providenciou a prisão de vários líderes do movimento e fechou as sedes. No mês de novembro do mesmo ano, a ANL se organiza para realizar um levante militar, promovendo revoltas em quartéis do Rio de Janeiro, Natal e Recife, a fim de chegarem ao poder, que até conseguiram, mas por pouco tempo.

Getúlio aproveitou-se da situação e pediu ao congresso que decretasse estado de sítio, que foi aprovado. Com isso, o governo reprimiu severamente os comunistas e os suspeitos de ligações com a ANL.

Durante todo o ano de 1936 foram presas milhares de pessoas acusadas de comunistas, entre elas Luís Carlos Prestes e sua esposa Olga Benário, que por ser de origem judia foi enviada aos nazistas alemães, mesmo estando grávida. Olga foi assassinada em uma câmara de gás, dentro de um campo de concentração nazista.

O mandato de Getúlio deveria terminar no começo de 1938, após as eleições presidenciais. Em 1937 já havia candidatos à disputa, José Américo de Almeida, que era apoiado por Vargas e Armando Sales, governador de São Paulo e que terminava uma administração bem-sucedida. Entretanto, Getúlio planejava continuar à frente do governo, e o pretexto para isto foi o Plano Cohen. Conforme divulgado, este era um plano de tomada de poder pelos comunistas, com o assassinato de milhares de pessoas. O plano era falso, foi preparado pelo capitão Mourão Filho, do grupo Integralista do Exército, que o entregou a Góis Monteiro, chefe do Estado-maior, que transformou a notícia falsa em versão oficial.

Em 10 de dezembro de 1937, tropas cercaram o congresso e dispersaram os seus membros com a notícia de que havia sido fechado. Getúlio anunciou pelo rádio a nova Constituição, cancelou as eleições presidenciais e instaurou a Ditadura do Estado Novo.

E, Skidmore (1982, p. 50) conclui que:

“O golpe de 10 de novembro foi a concretização do desejo, há muito tempo evidente, e Vargas, de permanecer no cargo além do seu prazo legal, que deveria expirar em 1938. Desde 1935 vinha ele manobrando seus adversários para colocá-los em posição de poder desacreditá-los ou reprimi-los, ao mesmo tempo que cultivando cuidadosamente o apoio dos grupos de poder solidamente estabelecidos.” (SKIDMORE, 1982, p. 50)

O Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, era inspirado nas constituições fascistas da Itália e da Polônia. Durante o Estado Novo foram abolidos os partidos e os parlamentares, agora só existiam duas forças no cenário político nacional: o exército e Getúlio.

Foram criados a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), responsável pela publicidade favorável ao governo e pela censura a jornais, revistas e outras publicações, realizando perseguições sobre os intelectuais que não eram a favor da ditadura de Getúlio e que por fim, eram exilados, ou seja, mandados para fora do país.

Vargas manteve negociações com os Estados Unidos para desenvolvimento de projetos econômicos e a construção da primeira usina siderúrgica brasileira, em Volta Redonda.

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, entretanto o Brasil só declarou guerra à Alemanha e à Itália em 1942, após os ataques de submarinos alemães a navios brasileiros.

Os Estados Unidos também pressionaram o governo brasileiro a declarar guerra, pois assim romperia relações com os países fascistas. Países como a Itália, França, Inglaterra e Japão já estavam envolvidos e já haviam declarado guerra.

Hitler era o comandante do exército alemão, que pregava o extermínio de judeus, que eram levados para campos de concentração onde eram obrigados a trabalhar o dia inteiro na fabricação de armas e munição para o exército alemão.

Durante a Segunda Guerra Mundial, seis milhões de pessoas foram executadas nesses campos de concentração. Hitler acreditava e pregava que a única e a melhor raça que existia era a alemã.

Ao entrar na Guerra, o governo brasileiro criou uma contradição no país, pois enquanto lutava contra o fascismo exterior, maninha internamente o regime ditatorial, que provocou o descontentamento da sociedade brasileira.

A UDN lançou como candidato à presidência o brigadeiro Eduardo Gomes. Getúlio lança Dutra como candidato ao mesmo tempo em que cria os partidos PSD e PTB. O governo declara anistia para os presos políticos, e Prestes sai da cadeia, onde estava desde 1936.

Nesse mesmo tempo surge o movimento queremista, com o slogan “Queremos Getúlio”. Este grupo defendia a constituinte com Vargas como forma de defensor dos interesses nacionais e dos trabalhadores.

A campanha queremista nas ruas e a decretação da Lei Antitruste, que tinha o intuito de punir as empresas nacionais e estrangeiras que abusavam do poder econômico, despertaram a desconfiança nos meios políticos.

É dentro desse cenário político que situamos o autor Carlos Drummond de Andrade e sua atuação literária e política. Em março de 1945, o autor deixava a chefia do gabinete de Capanema e aproximando-se do Partido Comunista figurou como coeditor do *Diário Comunista* a convite de Luís Carlos Prestes.

Na ocasião, Drummond (2006, p. 54- 55) registrou em seu diário pessoal os seguintes questionamentos em relação ao impacto de sua nova posição profissional e seu fazer literário:

Abril, 12 (1945) – Meditação entre quatro paredes: Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Esses anos todos alimentando o que julgava ideias políticas socialistas e eis que se abre o ensejo para defendê-las. Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Minha suspeita é que o partido, como forma obrigatória de engajamento, anula a liberdade de movimentos, a faculdade que tem o espírito de guiar-se por si mesmo e estabelecer ressalvas à orientação partidária. Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política em bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um passional ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outras, se não me convenço a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a crueza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política? Chega, vou dormir. (DRUMMOND, 2006, p.54 e 55)

Nesse mesmo ano, Drummond publicou o livro *A Rosa do Povo*, no qual ele demonstra uma versão comprometida com a vida da sociedade que o cercava. Sobre a obra *A Rosa do Povo*, Iumna Maria Simon (1978, p.147) destaca que, “nem a prática da poesia participante se fez tranquilamente – questiona-se a cada passo – nem a recusa a ela é isenta de angústia, dada a necessidade de o poeta situar-se com relação à história”.

Ainda assim, diante da tensão que se deu entre sua escrita, ideologias e sua participação mesmo que não tão efetiva na coluna jornalística, a leitura de seus poemas torna irrefutáveis o terror da Segunda Guerra Mundial e o governo de Getúlio Vargas como pano de fundo de sua escrita.

Getúlio foi destituído do poder em 29 de outubro de 1945, por um movimento organizado por generais de seu próprio ministério. O pretexto utilizado foi a nomeação de Benjamin Vargas, ou seja, seu irmão para chefia da polícia. Com a retirada do ditador do governo, termina o Estado Novo e a Era Vargas.

E foi diante da deposição de Getúlio Vargas e percebendo que a visão do editorial sobre esse momento histórico e os rumos para continuidade da publicação discordavam de seus princípios, o autor encerra sua breve carreira como um dos diretores do jornal Tribuna Popular.

O autor passa a exercer somente a sua função poética e tendo na obra *A Rosa do Povo* o registro literário de um período histórico politicamente conturbado e violento para o país e o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto no artigo em questão, podemos constatar a influência que os acontecimentos históricos exerceram na produção literária do autor Carlos Drummond de Andrade.

O descontentamento com o desenrolar dos eventos históricos tornou-se expressivo por meio de sua criticidade e comprometimento com as questões sociais. E embora o autor tenha por um determinado período trabalhado diretamente para Luís Carlos Prestes, é possível observar que sua desaprovação e movimentação crítica não tinha nenhuma relação política direta a qualquer partido ou político.

Concluimos assim que o fazer poético e social do autor foram suas ferramentas para expor enquanto cidadão a sua angústia diante da situação que o país e o mundo enfrentavam.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, F. **Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

AGUILERA, M. V. **Carlos Drummond de Andrade: a poética do cotidiano**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

ANDRADE, C. D. de. **A Rosa do Povo**. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1945.

_____. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

_____. **Suas Cartas**. In. *Confissões de Minas*. Rio de Janeiro: Americ.-Edit., 1944, p. 78.

_____. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BISCHOF, B. **Razão da recusa: um estudo da poesia de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Nankin, 2005.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRAYNER, S. **Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAMILO, V. **Drummond: Da Rosa do Povo à Rosa das Trevas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CÂNDIDO, A. **Inquietudes na Poesia de Drummond**. In. *Vários Escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970. p. 93-122.

_____. **Literatura e Cultura de 1900 a 1945**. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p. 109-138.

CAPELATO, M. H. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORREIA, M. de C. **Drummond: A magia lúcida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

- CORSI, F. L. **Estado Novo: política eterna e projeto nacional**. São Paulo: UNESP FAPESP, 2000.
- CUNHA CAMPOS, M. C. **Drummond de Andrade, Carlos – Escritor (1902-1987)**. In: *Vidas Lusófonas*. Lisboa: António Barbo, 1998. Disponível em: <http://www.vidaslusofonas.pt/carlos_drummond_andrade.htm>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- FAUSTO, B. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRIEDRICH, H. **Estrutura da Lírica Moderna**. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- GIINZBURG, J. **Drummond e o pensamento autoritário no Brasil**. In: WALTY, Ivete Lara Camargos & CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). *Drummond: poesia e experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- HOUAISS, A. **Drummond, Mais Seis Poetas e Um Problema**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.
- LYRA, P.; PY, F. **Carlos Drummond de Andrade – Poesia**. [s.l.] Agir, 2002.
- MARIA, L. de. **Drummond: um olhar amoroso**. [s.l.] Escrituras, 2002.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil. 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979.
- PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- SIMON, L. M. **Drummond: Uma Poética do Risco**. São Paulo: Ática, 1978.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TELES, G. M. **Drummond: A estilística da repetição**. São Paulo: Experimento, 1997.